

Venerandos Juizes Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça de
São Tomé e Príncipe.

Exmo Sr. Presidente da República

Exmo Sr Presidente da Assembleia Nacional

Exmo Sr. Ministro do Estado, da Economia e das Finanças em
Representação do Sr Primeiro Ministro e Chefe de Governo

Venerando Juiz Presidente do Tribunal Constitucional

Venerando Juiz Presidente do Tribunal de Contas

Digno Procurador – Geral da República

Excelentíssima Senhora e excelentíssimos Senhores Membros do
Conselho Superior de Magistrados Judiciais

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados

Meritíssima Juíza Presidente do Tribunal da 1ª Instância da Região de
Água Grande

Meritíssimos Juizes de Direito,

Caros Funcionários Judiciais

Ilustres convidados,

Estimados familiares.

É com subida honra que vos recebo no Supremo Tribunal de Justiça para testemunharem a minha investida na Presidência da mais alta instância judiciária do país, nomeadamente Supremo Tribunal de Justiça, recaindo sobre mim a responsabilidade de conduzir nos próximos anos o destino dos Tribunais Judiciais.

Este acto formal de empossamento é o culminar de uma longa caminhada, iniciada em 2002 quando ingressei na Magistratura Judicial como juíza auxiliar, a cerca de 24 anos atrás. Esta caminhada nem sempre foi suave ou tranquila. Muitas vezes atribulada, com desafios, percalços, aprendizados, convicções renovadas, tanto em São Tomé como em Cabo Verde onde exerci Magistratura de Ministério Público.

Se hoje destaco a trajetória que tive, devo reconhecer algumas pessoas, entre elas, juízes e funcionários que foram importantes no início da minha carreira, e que já não se encontram entre nós. Lembro-me, por exemplo dos senhores Domingos e Martinho, funcionários que dominavam a prática judiciária. Lembro-me ainda do dr. Silvestre Leite à quem muitas vezes recorri, quando ele era ainda Procurador-Geral da República e o Dr. Flaviano Carvalho, Procurador da República jubilado.

Não podia encerrar este capítulo sem dirigir os meus sinceros agradecimentos à Dra Alice Vera Cruz de Carvalho, cujo percurso foi fonte de inspiração. É, pois, justo prestar-lhes um tributo de gratidão.

Reconheço a prestação fundamental dos meus familiares, mormente o meu pai que me inspirou e cultivou o amor ao Direito e à justiça, ao ponto de trilhar os seus passos e com orgulho verificar que ascendo à Presidência do Suprema Tribunal de Justiça 40 anos depois dele tê-lo assumido.

À minha mãe, que na sua simplicidade, incutiu em mim o respeito ao próximo, a humildade e sentido de fazer o bem, sem olhar a quem, foi, pois um exemplo de vida digna e correta.

À minha filha à quem privei de determinadas vivências em prol do meu desejo de servir a justiça Santomense, contando com a sua compreensão.

Aos meus irmãos que sempre me deram apoio e acolheram quando, em muitos momentos ouviam pacientemente os meus desabaços ao longo da minha trajetória, inconformada, muitas vezes com a nossa justiça.

Ao meu marido, que apoiou e incentivou para abraçar esse desafio.

Assim agradeço a todos pela confiança depositada, que não irei defraudar.

Cada um de nós sabe o momento delicado que se vive. Perante esta tarefa, que para muitos pode parecer hercúlea, tenho a certeza de que não estarei só.

“ uwa dedo ná ka txilá ido ni cabeça fa”.

A união de todos é fundamental para alterar o *status quo* presente.

A função de Juiz Conselheiro pede muito mais que um vernáculo primoroso: exige independência, humildade, coragem, ponderação para decidir com imparcialidade, sobretudo quando a decisão possa contrariar expectativas, correntes de opinião ou ainda interesses estranhos à Causa: **Dizer o Direito, fazendo Justiça. Para cada um, em nome de todos.**

Por outro lado, a complexidade das relações sociais exigem de nós não apenas conhecimento técnico, mas também serenidade, firmeza

e coragem nas decisões. Daí que a Justiça não pode ser refém das pressões e de clamor popular, nem de interesses circunstanciais. **Juízes não podem ter medo.**

Nesta conjuntura, impõe-se a nós outra maneira de agir posto que, se por um lado a Justiça deve ser discreta e falar apenas quando é chamada, também é verdade que a ausência de informações em primeira voz, dá azo à especulações, deturpações, manipulações e contribuem para divulgar uma imagem negativa geral.

Temos que melhorar a nossa comunicação externa, em especial nas relações com a comunicação social, procurando assegurar canais permanentes de comunicação, com disponibilização, em tempo útil e sempre que tal se justifique, de informação completa, compreensível, verdadeira e objectiva sobre matérias relevantes, protegendo as reservas legais e intimidade das pessoas.

Perante os inúmeros desafios, temos que mudar de atitudes. **Não podemos continuar a agir da mesma maneira e querer resultados diferentes.** É impossível.

Desde logo, temos que mudar a ideia de que o Estado nos deve tudo e tem obrigações infinitas para connosco. Temos que primeiramente nos colocarmos em posição de servir o país. De fazer, para, talvez, depois exigir.

As nossas decisões devem ser claras, objectivas, evitando a tendência de transformar cada decisão numa obra literária. O destinatário deve entender o que se decide, pelo que a linguagem deve ser acessível, bem fundamentada juridicamente, sem cair na tentação de que uma boa sentença é aquela que tem infindáveis citações doutrinárias.

Valorizemos as nossas palavras para que elas possam ser ouvidas e respeitadas quando, nos autos, forem proferidas. Pois repito: **a Justiça é do Povo em nome de quem dizemos o Direito.**

Além de querer reconciliar os cidadãos São-tomenses com o sistema Judicial Nacional, porei, ao longo do meu mandato, toda a minha energia para que uma Justiça verdadeiramente independente seja uma realidade, e não apenas uma disposição constitucional.

A autonomia administrativa desacompanhada de autonomia financeira atenta contra a independência funcional dos Tribunais. Independência nas decisões, nas nomeações, e na gestão dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros, é a condição Sine Qua Non de garantir um verdadeiro Estado de Direito Democrático enquanto um dos pilares do Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe e constituir uma muralha contra a vontade de alguns em controlar, orientar, politizar a nossa Instituição.

Para atingir este objetivo, o empenho de todos é fundamental. O papel do Conselho Superior dos Magistrados Judiciais é central. Pugnarei para que seja proactivo, valorizando a proximidade, a união, o acompanhamento dos serviços e dos magistrados e funcionários, promovendo a formação contínua em diversas áreas e inspecções regulares.

Excelências,

Estou certa que cada processo decidido tem o condão de ajudar na construção de uma justiça credível, digna, ponderada, legítima, deliberada para que se possa consolidar a Paz Social ou reafirmar a percepção de que a justiça vai cada vez mais para o abismo e já não há solução, na certeza de que está longe daquilo que são as legítimas aspirações do povo por razões internas e externas.

Sei que existe uma solução e ela depende de todos nós os Magistrados, funcionários judiciais, o poder executivo, legislativo e público em geral.

Permitam-me terminar parafraseando Nelson Hungria aquando da sua posse como desembargador do Distrito Federal no Brasil em 1944: “Atinjo, hoje, o grau maior da carreira. É escusado dizer que não mudarei de rumo, nem de modo de andar. Serei à Presidência do Supremo Tribunal de Justiça aquela que sempre fui na primeira instância: uma juíza que, antes de consultar os manuais da doutrina, aconselha-se com a própria consciência e dispõe de bravura moral para não a traiçoa-la. Prosseguirei como Juíza que não teme ameaças, nem se afrouxa com lisonjas. Continuarei a ter a coragem inteira da minha justiça, mesmo em face das demasias da autoridade ou dos punhos cerrados da multidão “sediosa”.

Continuarei a ser a juíza que não lava as mãos na bacia de Pilatos.

Obrigado.